

A INFLUÊNCIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS DECISÕES JUDICIAIS EM FACE AOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE PROCESSUAL E SEGURANÇA JURÍDICA

Wagner Aristides Machado da Silva Pereira Júnior¹

RESUMO

O presente artigo busca examinar o impacto do uso de inteligências artificiais (IA) nas decisões judiciais, com ênfase nos princípios da celeridade processual, descrito no artigo 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal de 1988, da cooperação, conforme o artigo 6º do Código de Processo Civil e os conceitos de efetividade e segurança jurídica, pilares do sistema judicial. A utilização de IA propõe uma revolução ao garantir maior rapidez e previsibilidade nos julgamentos, otimizando processos e reduzindo a morosidade. No entanto, surgem preocupações sobre a imparcialidade dos algoritmos, especialmente em relação à origem dos dados utilizados, e sobre o risco de desumanização das decisões, que podem se tornar excessivamente automatizadas e desprovidas de sensibilidade jurídica. Por conseguinte, conclui-se, por meio da pesquisa bibliográfica, que embora a IA ofereça vantagens claras para a celeridade processual e a segurança jurídica, é necessário que sua implementação seja acompanhada de rigorosos mecanismos de controle e supervisão para garantir que os princípios fundamentais da imparcialidade, justiça e segurança jurídica não sejam comprometidos.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência artificial. Segurança jurídica. Celeridade processual. Segurança jurídica. Imparcialidade.

ABSTRACT

The present article seeks to examine the impact of the use of artificial intelligence (AI) in judicial decisions, with an emphasis on the principles of speedy trial, as described in Article 5, section LXXVIII of the 1988 Federal Constitution, and cooperation, as outlined in Article 6 of the Code of Civil Procedure, as well as the concepts of effectiveness and legal certainty, which are pillars of the judicial system. The use of AI suggests a revolution by ensuring greater speed and predictability in judgments, optimizing processes, and reducing delays. However, concerns arise regarding the impartiality of algorithms, particularly in relation to the origin of the data used, and the risk of dehumanizing decisions, which may become overly automated and devoid of legal sensitivity. Therefore, it is concluded, through bibliographical research, that although AI offers clear advantages for procedural speed and legal certainty, its implementation must be accompanied by rigorous control and supervision mechanisms to ensure that the fundamental principles of impartiality, justice and legal security are not compromised.

KEYWORDS: Artificial intelligence. Legal security. Procedural speed. Legal security. Impartiality.

SUMÁRIO

¹ Pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil e em Análise de Dados pela Centro Universitário União das Américas Descomplica (UNIAMÉRICA). Graduado em Direito pela Faculdade CNEC Varginha (MG).

1 INTRODUÇÃO. 2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS. 2.1 DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E EFICIÊNCIA. 2.2 COOPERAÇÃO. 3 O USO DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS NAS DECISÕES JUDICIAIS. 3.1 MACHINE LEARNING. 3.2 PREVISIBILIDADE DE DECISÕES. 3.3 IMPARCIALIDADE. 3.4 RESOLUÇÃO 332/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). 4 SEGURANÇA JURÍDICA. 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto do uso de inteligências artificiais (IA) na celeridade processual, com enfoque nos princípios celeridade processual descrito no artigo 5º, LXXVIII da Constituição Federal de 1988, da cooperação descrito no artigo 6º do Código de Processo Civil, da efetividade e na garantia da segurança jurídica.

A Constituição Federal de 1988 assegura a duração razoável do processo como um direito fundamental, o que exige do sistema judicial uma constante busca por efetividade. Nesse contexto, a utilização de IA surge como uma ferramenta promissora para agilizar a tramitação dos processos, otimizando tarefas repetitivas e facilitando a análise de grandes volumes de informações.

A implementação de IA também está em linha com o princípio da cooperação no processo civil, onde as partes e o juiz devem colaborar para a efetivação da justiça com rapidez e eficiência, assim, ao automatizar tarefas processuais e auxiliar na gestão de casos, as inteligências artificiais podem melhorar a comunicação entre as partes e o judiciário, aumentando a fluidez dos processos e favorecendo a garantia da primazia da decisão de mérito.

Entretanto, é de se constatar que o uso de IA nas decisões judiciais também trazem questionamentos quanto à imparcialidade das decisões, já que as decisões são dependentes do banco de dados, do aprendizado da máquina e de quem alimenta o banco de dados.

Embora a IA possa proporcionar maior previsibilidade e uniformidade nas sentenças, a revisão de decisões automatizadas é fundamental para garantir que não ocorram erros ou injustiças decorrentes de vieses algorítmicos ou da limitação das máquinas em interpretar nuances jurídicas.

Assim, o presente artigo tem o objetivo de examinar os princípios citados no primeiro parágrafo do presente artigo, a utilização das inteligências artificiais e analisar os impactos quanto a celeridade processual e na confiança das decisões judiciais.

Nos tópicos seguintes, por meio da pesquisa bibliográfica, será demonstrado a descrição de cada um dos princípios, a visão de diferentes doutrinadores e cientistas sobre o tema, a análise do cenário atual para colocar em debate os limites e variáveis da implementação e utilização de inteligências artificiais nas decisões judiciais.

2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS

2.1 DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E EFICIÊNCIA

O princípio da razoável duração do processo, previsto no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional 45/2004, visa garantir um direito fundamental aos cidadãos: que seus processos, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo, sejam concluídos em um prazo adequado, evitando atrasos injustificados.

O objetivo dessa norma é assegurar que a morosidade processual não comprometa a justiça, uma vez que a demora excessiva no trâmite processual pode acarretar sérios prejuízos para as partes envolvidas e enfraquecer a confiança no sistema jurídico. Assim, o Estado é incumbido da criação de mecanismos que promovam a celeridade processual, prevenindo que a ineficiência afete a tutela jurisdicional.

A razoável duração do processo está diretamente ligada ao princípio da razoabilidade, que, conforme Ascarelli (1995, p. 7), é "a razão das diferenças jurídicas". Esse princípio busca um equilíbrio na aplicação da lei, levando em consideração as particularidades de cada caso, mas sempre com o foco na justiça célere e eficaz. No entanto, como afirma Barroso (1998), o princípio da razoabilidade é de difícil conceituação e frequentemente assume uma dimensão subjetiva, tornando-se mais uma percepção de justiça do que uma norma objetiva. A razoabilidade, nesse contexto, não se limita à questão temporal, mas também à forma como o processo se desenvolve, garantindo que as etapas processuais sejam cumpridas de maneira proporcional e eficiente.

A demora excessiva nos processos judiciais não só gera insegurança jurídica, como também pode resultar em violações de direitos fundamentais.

Barbosa destaca que "Justiça atrasada não é Justiça, senão injustiça qualificada e manifesta" (2019), refletindo a realidade de que, quando o tempo do

processo se estende além do razoável, o direito tutelado se esvazia de sua efetividade. A morosidade, portanto, afeta diretamente a credibilidade das instituições judiciais, criando um ambiente de incertezas e enfraquecendo o princípio da segurança jurídica, que depende da previsibilidade e da estabilidade nas decisões para ser plenamente concretizado. Nesse sentido, a razoável duração do processo emerge como um instrumento fundamental para garantir que a justiça seja ágil e eficiente.

Como observa o professor Antônio do Passo Cabral, a demora na solução dos litígios impõe prejuízos tanto ao autor quanto ao réu, independentemente do desfecho do processo. A esse tipo de prejuízo, dá-se o nome de "dano marginal", conforme popularizado por Enrico Finzi na doutrina italiana (2013).

Esse dano marginal se refere não à decisão final em si, mas às consequências negativas derivadas das falhas na tramitação do processo. Ambas as partes são prejudicadas pela morosidade, seja o vencedor, que vê seu direito reconhecido, mas não implementado em tempo hábil, seja o perdedor, que também é afetado pela incerteza gerada pelo prolongamento da lide.

Nesse contexto, o princípio da razoável duração do processo deve ser compreendido como um dos pilares da efetividade da tutela jurisdicional. A celeridade processual não pode ser vista apenas como uma questão de economia de tempo, mas sim como uma forma de assegurar que o direito ao devido processo legal seja garantido de maneira justa e eficiente.

Para tanto, é fundamental que o sistema judicial esteja aparelhado para lidar com a complexidade dos casos, sem sacrificar a qualidade e a imparcialidade das decisões. A justiça não deve ser apenas célere, mas também robusta, atendendo às expectativas das partes envolvidas e assegurando a confiança na integridade do processo.

A eficiência, nesse sentido, ganha relevância. Conforme Silva (2007, p. 651):

Eficiência não é um conceito jurídico, mas econômico; não qualifica normas; qualifica atividades. Numa ideia muito geral, eficiência significa fazer acontecer com racionalidade, o que implica medir os custos que a satisfação das necessidades públicas importa em relação ao grau de utilidade alcançado. Assim, o princípio da eficiência introduzido no art. 37 da Constituição orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo. Portanto, o princípio da eficiência administrativa tem como conteúdo a relação meios e resultados.

No campo processual, isso significa que a justiça deve ser rápida, mas também racional, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficaz para assegurar o acesso à justiça de maneira ágil e segura, sem comprometer a qualidade do serviço jurisdicional.

A razoável duração do processo é um princípio essencial para a garantia da segurança jurídica e da justiça efetiva.

A aplicação desse princípio deve levar em consideração a necessidade de celeridade, sem prejuízo da qualidade das decisões e da observância dos direitos fundamentais. A morosidade processual não pode ser tolerada em um Estado de Direito, pois compromete a confiança no sistema e prejudica a credibilidade das instituições.

O desafio contemporâneo é, portanto, equilibrar a rapidez e a eficiência, utilizando os avanços tecnológicos e institucionais para assegurar uma justiça mais ágil, sem sacrificar a equidade e a precisão nas decisões.

2.2 COOPERAÇÃO

O princípio da cooperação, consagrado no artigo 6º do Código de Processo Civil (CPC), representa uma mudança significativa no panorama processual brasileiro, ao estabelecer que todos os sujeitos do processo – partes, advogados, juízes e outros operadores do direito – devem cooperar entre si para que se alcance, em tempo razoável, uma decisão de mérito justa e efetiva. A cooperação processual exige uma postura colaborativa de todos os envolvidos, eliminando a visão tradicional de antagonismo entre as partes e impondo ao juiz um papel mais ativo na condução do processo. A busca pela efetividade processual passa, portanto, pela necessidade de que cada ator processual contribua para a celeridade e qualidade da decisão.

Na busca pela efetividade processual, o CPC prevê, em seu art. 6º, o princípio da cooperação, segundo o qual "todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva" (Brasil, 2015).

Exige-se uma postura colaborativa de todos os sujeitos processuais, inclusive do juiz, ao qual compete adotar as medidas necessárias na busca da tutela jurisdicional específica, adequada, célere, justa e efetiva, de acordo com o Relator do Acórdão 179123, Leonardo Roscoe Bessa (Brasil, 2023).

A figura do juiz, dentro desse contexto, ganha especial relevância. O magistrado não pode mais se limitar à função de espectador ou árbitro imparcial; ao contrário, ele tem o dever de promover ativamente a cooperação entre as partes e adotar medidas que facilitem a obtenção de uma tutela jurisdicional célere e justa.

Como aponta Leonardo Roscoe Bessa, cabe ao juiz, em especial, assegurar que os mecanismos processuais disponíveis sejam utilizados de maneira eficiente, garantindo que a prestação jurisdicional não seja obstaculizada por formalismos excessivos ou manobras procrastinatórias. O papel do magistrado, portanto, é fundamental para que o princípio da cooperação se traduza em uma justiça mais eficaz (Brasil, 2023).

Dentro desse escopo, o juiz deve promover meios alternativos para o andamento processual, priorizando métodos que agilizem a resolução de litígios sem sacrificar a justiça das decisões. Entre as medidas que podem ser adotadas, destacam-se a mediação, a conciliação e a arbitragem, que são formas alternativas de solução de conflitos e que, muitas vezes, oferecem resultados mais rápidos e eficazes do que o trâmite judicial tradicional. O estímulo à mediação, por exemplo, permite que as partes cheguem a um acordo consensual, evitando a necessidade de uma longa disputa judicial. Nesses casos, o juiz exerce um papel de facilitador, incentivando as partes a buscarem soluções autocompositivas que atendam aos seus interesses de maneira mais célere.

Nesse sentido, o juiz deve agir com firmeza contra práticas que desrespeitem os princípios da lealdade processual, aplicando, quando necessário, sanções para coibir a litigância de má-fé.

Além dessas medidas autocompositivas, quanto a decisões que envolvam demandas repetitivas ou que a controvérsia seja objetiva, há a possibilidade de implementação do uso de inteligências artificiais para promoverem o andamento célere do processo, algo que será discutido nos tópicos posteriores.

3 O USO DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS NAS DECISÕES JUDICIAIS

3.1 MACHINE LEARNING

O conceito de *machine learning* (aprendizado de máquina) é fundamental para a compreensão de como a inteligência artificial pode ser aplicada no contexto jurídico.

Um sistema de *machine learning* é alimentado por um banco de dados massivo e, a partir dessas informações, a máquina "aprende" a executar diferentes tarefas de forma autônoma. O aprendizado acontece por meio de algoritmos que analisam padrões presentes nos dados, aperfeiçoando sua capacidade de gerar previsões e soluções. Quanto maior e mais detalhada a base de dados, maior a assertividade da ferramenta, já que o sistema se ajusta e refina sua compreensão à medida que processa novos dados.

Esse processo é baseado na capacidade dos algoritmos de *machine learning* de assimilar e interpretar os dados fornecidos a eles, permitindo que a máquina evolua conforme mais informações são processadas. No contexto das decisões judiciais, essa tecnologia pode ser extremamente útil.

A *machine learning*, por meio da análise de precedentes, jurisprudências e decisões anteriores, pode fornecer soluções consistentes e adequadas a casos futuros, promovendo a uniformidade e a previsibilidade das decisões.

Desta forma, o software consegue adaptar-se as novas situações (Wolkart, 2019, p. 706).

Essa capacidade de aprendizado contínuo também torna a *machine learning* adaptável a novas situações. À medida que novos precedentes ou mudanças legislativas surgem, o sistema é capaz de ajustar suas análises e previsões com base nas novas informações inseridas. Por exemplo, se uma nova lei é promulgada ou uma interpretação inovadora é adotada pelos tribunais superiores, o sistema pode ser atualizado com essas novas diretrizes e, assim, ajustar suas decisões futuras de acordo com essas mudanças. Isso garante que o sistema não fique desatualizado ou alheio às novas nuances do Direito, proporcionando maior precisão e relevância nas decisões automatizadas.

Por outro lado, é importante considerar os desafios que o uso de *machine learning* no sistema judicial pode apresentar.

A imparcialidade dos algoritmos depende diretamente da qualidade dos dados que são inseridos.

Se o banco de dados utilizado no sistema contiver vieses ou erros, há o risco de que a IA reproduza essas distorções, afetando negativamente a justiça das decisões, como por exemplo casos envolvendo inteligências artificiais "criando" jurisprudências que não existem.

Streck (2023), destacando que o CNJ está investigando um caso inédito na magistratura, no qual houve uma sentença assinada por um juiz federal, do TRF-1, que, na verdade, foi feita por meio de inteligência artificial, via ChatGPT. No referido caso, o ChatGPT inventou jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O advogado da parte derrotada na ação descobriu a fraude e reclamou, no caso em questão, o qual não foi revelado informações do número de processo ou partes envolvidas, o juiz transferiu a responsabilidade, duplamente, afirmando que parte da sentença foi feita por um servidor do seu gabinete, chamando o ocorrido de “mero equívoco (...) decorrente de sobrecarga de trabalho que recai sobre os ombros dos juízes que integram o TRF-1”.

Observa-se, no caso, justamente, o ponto destacado por Streck (2023), o uso de inteligências artificiais e a celeridade processual e, no caso descrito, as consequências também existentes.

Portanto, é fundamental que o desenvolvimento e a supervisão desses sistemas sejam realizados com cuidado e transparência, garantindo que os dados inseridos sejam representativos e imparciais e muito menos, inventados.

A *machine learning* tem o potencial de transformar significativamente o sistema judicial, tornando-o mais eficiente, justo e previsível, ponto esse que será discutido a seguir.

3.2 PREVISIBILIDADE DE DECISÕES

O uso de inteligência artificial (IA) nas decisões judiciais tem gerado discussões sobre a possibilidade de transformar a forma como o Poder Judiciário processa e decide conflitos. Um dos principais benefícios apontados pela adoção de IA no Judiciário é a previsibilidade das decisões, essencial para promover a segurança jurídica.

Por isso, possui ele a capacidade de previsão das respostas futuras a problemas ainda não formulados, por intermédio dos padrões aprendidos a partir de dados a ele imputados como forma de treinamento do sistema. Antes de avançar para as aplicações jurídicas da IA, outros esclarecimentos ainda são necessários.

Conforme ANBIMA (2020), o cientista Ajay Agrawal afirmou que “a nova onda de inteligência artificial não nos traz propriamente a inteligência, mas um componente crítico dela: a previsão”.

A previsibilidade, um dos pilares do sistema judicial, é garantida quando há consistência nas decisões para casos semelhantes, o que favorece a confiança no sistema e permite que as partes tenham clareza sobre os prováveis desfechos de seus litígios.

A previsibilidade das decisões é um objetivo que a IA pode alcançar por meio da uniformização da jurisprudência. Em muitos casos, decisões conflitantes são proferidas para situações idênticas, gerando incerteza e desconfiança no sistema judicial. Nesse trilhar, a IA pode ser uma ferramenta fundamental para resolver esse problema, utilizando algoritmos que analisam uma vasta quantidade de dados e precedentes jurídicos para propor soluções semelhantes em situações que compartilham a mesma base fática e jurídica.

A automatização do processo decisório, ao basear-se em padrões estabelecidos por decisões anteriores, contribui para uma justiça mais estável e previsível, contribuindo, portando, na celeridade processual.

Há de se considerar, também, que, o uso de IA oferece a oportunidade de racionalizar o processo de tomada de decisões, pois a tecnologia pode minimizar o subjetivismo judicial, um dos principais fatores que levam a divergência de decisões.

Por mais que o processo judicial dependa da interpretação humana, o uso de IA, no auxílio à análise de casos, proporciona maior objetividade, diminuindo a influência de vieses pessoais dos juízes e garantindo que a decisão se baseie em critérios técnicos, estabelecidos com base em dados e precedentes.

Outro ponto central a se destacar é que a inteligência artificial busca a redução da morosidade processual, fator que também impacta a previsibilidade. Quando o sistema judicial é eficiente, as partes envolvidas em litígios podem prever o tempo em que essas serão proferidas, assim, o uso de IA, ao automatizar parte do trabalho judicial, como a triagem de processos e a análise de textos jurídicos, contribui para uma justiça mais ágil e eficaz, sem sacrificar a qualidade das decisões.

Entre esses diversos pontos positivos levantados é de se questionar a respeito da imparcialidade das decisões, afinal, estamos cercados por diversas inteligências artificiais, tais como: ROSS Intelligence, Lex Machina, ChatGPT, Google Gemini entre outras. Portanto, o algoritmo e o banco de dados estão nas mãos dos desenvolvedores, que são parciais.

3.2 IMPARCIALIDADE

O uso de inteligência artificial nas decisões judiciais também levanta preocupações quanto à imparcialidade. A imparcialidade é um princípio fundamental do processo e do Direito e, para que a IA seja implementada de maneira ética e segura, é essencial que os sistemas usados não reflitam vieses.

O problema de viés nos algoritmos, que pode surgir da forma como os dados são inseridos ou processados, pode comprometer a neutralidade das decisões. Portanto, a programação dos algoritmos deve ser transparente e os dados utilizados devem ser amplamente analisados para evitar que reproduzam padrões discriminatórios ou injustos.

Garantir a imparcialidade da IA significa supervisionar o desenvolvimento desses sistemas, assegurando que as decisões automatizadas sigam os princípios de equidade e justiça. Embora a IA possa oferecer uma solução rápida e eficiente para a previsibilidade, ela não pode substituir completamente a análise humana, que é capaz de captar nuances e particularidades que a máquina pode não identificar.

Assim, a utilização de IA deve ser complementada com uma revisão crítica por juízes, a fim de verificar se as decisões automatizadas estão de acordo com os valores constitucionais e os direitos fundamentais.

3.4 RESOLUÇÃO 332/2020 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

A Resolução 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece diretrizes fundamentais sobre o uso da inteligência artificial (IA) no Poder Judiciário brasileiro, com o objetivo de garantir que a implementação dessa tecnologia respeite a ética, a transparência e a governança, promovendo uma justiça mais ágil e eficiente (Brasil, 2020).

Um dos principais aspectos tratados pela resolução é a preocupação com os direitos fundamentais e a necessidade de compatibilidade entre os modelos de IA e os princípios constitucionais.

O uso de IA no Judiciário, conforme descrito na resolução, visa otimizar o tempo e garantir decisões mais previsíveis e coerentes.

Destaca-se, portanto, que a IA pode proporcionar agilidade ao processo decisório, analisando grandes volumes de dados de maneira muito mais rápida do que os seres humanos, o que contribui para a celeridade processual.

Contudo, a resolução enfatiza que o desenvolvimento e a aplicação de IA devem ser guiados por critérios éticos rigorosos, garantindo que as decisões proferidas sejam imparciais, livres de preconceitos ou discriminação (Brasil, 2020).

Um dos pilares destacados pela resolução é a transparência no uso de IA.

É essencial que o funcionamento dos algoritmos seja conhecido e que as partes envolvidas no processo possam entender como a IA chegou a determinada sugestão de decisão. Isso inclui a possibilidade de auditar as decisões tomadas por IA, um aspecto crucial para garantir que erros sejam corrigidos e que a tecnologia opere de forma segura.

Além disso, a segurança dos dados utilizados é outra prioridade mencionada pela resolução. A IA depende de grandes volumes de dados para aprender e tomar decisões, e a resolução impõe que esses dados sejam provenientes de fontes seguras e auditáveis, preferencialmente governamentais. Também é necessário que os dados estejam protegidos contra acessos não autorizados ou modificações, garantindo a privacidade, o sigilo e a proteção de dados pessoais.

A resolução prevê ainda a necessidade de identificar possíveis preconceitos durante o desenvolvimento dos modelos e a exigência de que medidas corretivas sejam adotadas caso sejam encontrados vieses discriminatórios (Brasil, 2020).

Verifica-se, portanto, que já há andamentos e que o sistema judiciário brasileiro está atento quanto ao uso de inteligências artificiais, já buscando regulamentar e estabelecer parâmetros quanto ao seu uso.

4 SEGURANÇA JURÍDICA

O princípio da segurança jurídica é fundamental no Estado de Direito, assegurando que as decisões judiciais sejam previsíveis e consistentes, promovendo a estabilidade das relações jurídicas.

Conforme Bernardes, Capez e Capez (2011), a segurança jurídica consiste na confiança que os cidadãos depositam na ordem jurídica, permitindo-lhes prever as consequências legais de suas ações e decisões, o que é essencial para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade.

Conforme destacado pelo Portal da Indústria (s.d), a segurança jurídica serve como instrumento de orientação, proteção e tranquilidade para os cidadãos,

permitindo-lhes praticar seus atos e realizar investimentos sem serem surpreendidos de maneira abrupta e incoerente.

A segurança jurídica não se limita à previsibilidade das decisões judiciais, mas também à estabilidade dos atos jurídicos, protegendo direitos adquiridos e situações jurídicas consolidadas contra mudanças abruptas ou inesperadas na legislação ou na jurisprudência. Isso fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições e no próprio sistema de justiça.

Como ressaltado por Bernardes, Capez e Capez (2011), a efetividade das decisões judiciais é essencial para que a segurança jurídica se concretize na prática. Em outras palavras, além de assegurar decisões consistentes e previsíveis, é necessário que essas decisões tenham impacto real e positivo na vida dos cidadãos, especialmente em contextos de grande repercussão, como nos casos de desastres ambientais.

Nesse sentido, principalmente tratando sobre o uso de inteligências artificiais, o ponto “previsibilidade” é garantido quanto à segurança jurídica, pois a máquina não tem sentimentos humanos e possui uma base de dados estruturada para embasar as decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo proporcionou a análise de que a implementação de inteligências artificiais no sistema jurídico representa um avanço significativo para a celeridade processual. A automação de tarefas repetitivas e a capacidade da IA de analisar grandes volumes de dados são instrumentos valiosos para acelerar a tramitação dos processos, atendendo ao princípio constitucional da razoável duração do processo e à busca pela eficiência no sistema judiciário.

Isso é especialmente relevante em um contexto de sobrecarga do Judiciário, que enfrenta desafios relacionados à morosidade das decisões, mesmo após a implementação de alternativas, como a justiça multiportas.

Por outro lado, o uso de IA levanta importantes questionamentos sobre a imparcialidade e a desumanização das decisões judiciais.

Como destacado no artigo, os sistemas de IA dependem da qualidade dos dados inseridos, o que pode gerar vieses e comprometer a neutralidade das decisões, além disso, há preocupações sobre o fato de que algoritmos, ao tomar decisões com

base em padrões passados, podem reforçar injustiças ou criar uma jurisprudência enviesada, como exemplificado pelo uso do ChatGPT em decisões judiciais que inventaram precedentes inexistentes.

Tal fato demonstra que a supervisão humana continua sendo fundamental para assegurar que as decisões sejam justas e adequadas, considerando que tais inteligências artificiais ainda estão em desenvolvimento.

Outro ponto discutido no artigo é a previsibilidade das decisões judiciais promovida pela IA destacando que a capacidade de uniformizar decisões com base em precedentes pode aumentar a confiança no sistema jurídico e garantir maior segurança jurídica, um dos pilares do Estado de Direito.

Ressalta-se que é preciso assegurar que essa previsibilidade não limite a análise das particularidades de cada caso, evitando uma justiça "robotizada" e insensível às nuances dos conflitos.

Em conclusão, embora a IA ofereça vantagens claras para a celeridade processual e a segurança jurídica, é necessário que sua implementação seja acompanhada de rigorosos mecanismos de controle e supervisão para garantir que os princípios fundamentais da imparcialidade, justiça e segurança jurídica não sejam comprometidos, assim como a resolução n°. 332 de 21 de agosto de 2020 do CNJ já vem adiantando.

O uso de IA no judiciário é real, mas deve ser cuidadosamente regulado para equilibrar eficiência e equidade no exercício da função jurisdicional.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. Congresso 2020: inteligência artificial traz previsões mais assertivas para todos os setores. **Notícias ANBIMA**, Rio de Janeiro: ANBIMA, 26 nov. 2020. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/congresso-2020-inteligencia-artificial-traz-previsoes-mais-assertivas-em-todos-os-setores.htm. Acesso em: 29 set. 2024.

ASCARELLI, Tullio. **Problema das sociedades anônimas e direito comparado**. São Paulo: Saraiva, 1945. p. 7.

BARBOSA, Ruy, 1849-1923. **Oração aos moços**. Rui Barbosa; prefácios de senador Randolfe Rodrigues, Cristian Edward Cyril Lyuch. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BARROSO, Luis Roberto. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no direito constitucional. **Cadernos de direito constitucional e ciência política**, São Paulo, v. 6, n. 23, abr./jun. 1998. p. 69.

BERNARDES, Claudio; CAPEZ, Fernando; CAPEZ, Flavio. **Segurança jurídica**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de processo civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13105compilada.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 332, de 21 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Acórdão 1791923. **Agravo de Instrumento**. Direito Processual Civil. Execução de Título Extrajudicial. Efetividade. Princípio da Cooperação. Expedição de Ofício ao DETRAN/DF. Intervenção Judicial. Necessidade. Relator: Leonardo Roscoe Bessa. 6ª Turma Cível. Julgado em: 22 nov. 2023. Publicado no DJE: 18 dez. 2023. Disponível em: https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoid=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.ControladorBuscaAcordao&visaoAnterior=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=resultado&comando=abrirDadosDoAcordao&enderecoDoServlet=sistj&historicoDePaginas=buscaLivre&quantidadeDeRegistros=20&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&numeroDaUltimaPagina=1&buscaIndexada=1&mostrarPaginaSelecaoTipoResultado=false&totalHits=1&internet=1&numeroDoDocumento=1791923. Acesso em: 29 set. 2024.

FERRARI, Isabela; BECKER, Daniel; WOLKART, Erick Navarro. ArbitrumExMachina: panorama, riscos e a necessidade de regulação das decisões informadas por algoritmos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 995, p. 635-655, set. 2018.

PORTAL DA INDÚSTRIA (ed.). **Segurança jurídica**: o caminho para um bom ambiente de negócios. *In*: Segurança jurídica: o caminho para um bom ambiente de negócios. Brasília, DF: s.d. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/seguranca-juridica/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 651.

STRECK, Lênio Luiz. ChatGPT inventando precedente e a terceirização da Justiça. **Consultor jurídico**, São Paulo, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-nov-16/chatgpt-inventando-precedente-e-a-terceirizacao-da-justica/>. Acesso em: 29 set. 2024.